



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS – UG 050100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP, tem como objetivo facilitar a compreensão das demonstrações aos diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações. Este relatório está estruturado em três seções: Informações Gerais, Políticas Contábeis e Informações de Suporte e Detalhamento das Demonstrações Contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Natureza Jurídica

O Tribunal de Justiça, órgão da Administração Direta do Poder Judiciário Estadual, instituído pelo art. 43 da Constituição Estadual, cadastrado no CNPJ 25.053.190/0001-36, administra recurso da fonte – 0500 – Receita do Tesouro Estadual, por meio de repasses duodecimais.

1.2. Domicílio da Entidade

A sede do Tribunal de Justiça está localizada no Edifício Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis s/n, CEP: 77.001-002, Palmas/TO, tendo ainda, estabelecimentos distribuídos por todo o Estado, totalizando 36 comarcas.

1.3. Natureza Operacional

O Tribunal de Justiça tem como principais objetivos a manutenção dos serviços administrativos, a prestação jurisdicional à sociedade tocaninense e o aprimoramento da infraestrutura física e tecnológica do Poder Judiciário, com os seguintes programas:

- ✓ Programa Manutenção do Tribunal de Justiça (Código 1.145);
- ✓ Programa Desenvolvimento Estratégico do Poder Judiciário TO (Código 1.169).

1.4. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Pública, que recepcionou os ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao



Setor Público, especialmente as da NBCT TSP 11/2018, Lei Complementar nº 101, de 2000, os Princípios de Contabilidade, representando adequadamente em todos os seus aspectos a situação da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Tribunal de Justiça, em 31 de dezembro de 2023.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de Mensuração

O Tribunal de Justiça aplica as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, cumprindo assim, as determinações da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as demonstrações contábeis estão em conformidade com a legislação e normas de contabilidade aplicáveis extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO.

A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real. A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

Na elaboração destas demonstrações contábeis, as principais estimativas estão relacionadas à vida útil dos bens do ativo imobilizado, atendendo assim, o disposto no inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP); Instrução Normativa Nº 7, de 23 de junho de 2021 do Poder Judiciário, bem como os Princípios da Contabilidade.

O método de depreciação é o de quotas constantes, estabelecidos na Tabela de Depreciação anexa da Portaria SECAD/SEFAZ/CGE nº 01, de 2013, combinada com a Instrução Normativa/TJTO, Nº 7, de 23 de junho de 2021.

Assim delineada a vida útil e as taxas de depreciação aplicadas são apresentadas neste Quadro (Nº - 1).



Imobilizado (Quadro nº 1)	Vida Útil em anos	Taxa de Depreciação %	Valor Residual %
Edificações	25	40	10
Instalações	10	10	10
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10	10
Equipamentos de Tecnologia da Informação	5	20	10
Móveis e Utensílios	10	10	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	10
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10	10
Mobiliário em Geral	10	10	10
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	10	20
Coleções de Materiais Bibliográficos	10	10	0
Discotecas e Fimotecas	5	20	10
Veículos Diversos	15	6,7	10
Veículos de Tração Mecânica	15	6,7	10
Veículos de Carga	4	25	25
Aeronave	10	10	10
Armamento	20	50	10

Quadro 1: Taxas diversas do Imobilizado.

2.2 Novas Normas

As práticas contábeis são regidas pelas normatizações da Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e suas atualizações e aprimoramentos à Contabilidade Pública.

A orientação normativa, a supervisão técnica e sistêmica das atividades e dos procedimentos contábeis e fiscais para o adequado registro dos atos e, dos fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, são de responsabilidade da Superintendência de Gestão Contábil da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, a qual disponibiliza o uso do Sistema SiafeTO para toda a administração direta estadual.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constituem parte integrante na prestação de contas das ações executadas no exercício financeiro do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, e são compostas pelo Balanço Orçamentário - Anexo 12; Balanço Financeiro - Anexo 13; Balanço Patrimonial - Anexo 14; Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15; Demonstrativo do Fluxo de Caixa – Anexo 18 e demais relatórios exigidos pela Lei nº 4.320, de 1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Instrução Normativa nº 006, de 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins regulamenta a prestação de contas anual da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.



3.1 BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo 14

O Balanço Patrimonial tem como finalidade expressar a situação estática dos bens, direitos e obrigações, em comparação com a do exercício anterior e indicar o valor do Saldo Patrimonial (PL). No quadro abaixo, destacam-se os valores do exercício atual:

BALANÇO PATRIMONIAL (Quadro nº - 2)			
Contas	Nota	Ano/2023	Ano/2022
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	(1, 5)	23.580.660,80	19.369.477,26
Créditos a Curto Prazo	(2 e 5)	71.599.699,22	17.891.209,56
Estoques	3	2.756.777,35	2.482.838,02
Total Ativo Circulante		97.937.137,37	39.743.524,84
Total do Ativo Não Circulante - Imobilizado	(1 e 4)	345.818.654,29	303.963.169,83
Total do Ativo		443.755.791,66	343.706.694,67
PASSIVO			
Passivo Circulante	(1, 5)	72.874.401,92	16.246.787,87
Obrigações. Trab. Prev. e Assist. a Pagar a CP	5	1.134.580,29	85,24
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5	282.994,80	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	(2 e 5)	71.456.826,83	16.246.702,63
Total do Passivo Circulante		72.874.401,92	16.246.787,87
Total do Passivo Não Circulante	(6)	2.496.166,83	3.377.166,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		368.385.222,91	324.082.740,05
Total Patrimônio Líquido	7	368.385.222,91	324.082.740,05
Total do Passivo		443.755.791,66	343.706.694,67

Quadro 2: Balanço Patrimonial. Fonte: SiafeTO

Nota Explicativa 1:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalente de Caixa 23.580.660,80

As disponibilidades financeiras estão registradas na conta Caixa e Equivalente de Caixa, as quais estão mantidas em bancos oficiais públicos agrupando saldos das contas de movimento e de aplicações financeiras, tendo como principal fonte o repasse constitucional, duodécimo.

A soma do Ativo Circulante acrescida do Ativo não Circulante é igual à soma do Passivo Circulante, acrescido do Passivo não Circulante e acrescido do Patrimônio Líquido, obtendo-se o valor de R\$ 443.755.791,66 (quatrocentos e quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), estabelecendo-se, dessa forma, o equilíbrio da equação patrimonial.

Nota Explicativa 2:

Créditos à Curto Prazo

Neste grupo de contas está registrado o valor de R\$ 625.988,88 (seiscentos e vinte cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), referente **adiantamento e transferências voluntárias**, decorrentes de termo de apoio técnico e científico, entre

189



TJ/TO-ESMAT-UFT e FPTO, que tem como objetivo a continuidade do desenvolvimento do Projeto "Rede metropolitana comunitária de ensino e pesquisa de Palmas - Metrotins"; Pelo Convênio nº 18/2020, em 2021 foi repassado (R\$ 417.325,92) somado às transferências do exercício de 2022 (R\$ 208.662,96). Mais Depósitos Judiciais em Fundo de Reserva, previstos na Lei Complementar (LC) nº 151, de 2015 (R\$ 70.973.557,01), acrescidos de outros valores (R\$ 153,33).

Cabe destacar que os Depósitos Judiciais estão contabilizados no Ativo Circulante em contrapartida com Passivo Circulante em conta específica (Demais Obrigações em Curto Prazo), não financiando nenhum outro desembolso na Unidade Gestora Tribunal de Justiça (Nota explicativa nº 5).

Nota Explicativa 3:

Estoques

Representa os valores dos bens adquiridos pelo TJTO e as transferências recebidas relativas às aquisições pelo Funjuris, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação, materiais de higiene e limpeza, dentre outros materiais de consumo, apresentou saldo em 31 de dezembro de 2023 no importe de R\$ 2.756.777,35 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil setecentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Cabe informar, ainda, que o gerenciamento de Almojarifado, registra as aquisições, consumos, baixas por inservíveis e doações é operacionalizado pelo Sistema denominado de Solução GRP-PJTO, implantado pela Empresa Thema Informática - Ltda, nos termos do Contrato nº 381/2021.

Nota Explicativa 4:

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e são reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição e ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão no percentual definido de acordo com a vida útil, preservando o valor residual.

A depreciação dos bens móveis no exercício de 2023 acumulou no importe de R\$ 70.683.222,87, (setenta milhões, seiscentos e oitenta e três mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos) o que implica em 16,97% (dezesseis inteiro e noventa e sete centésimo por cento) do valor do imobilizado.

Do valor de aquisição do imobilizado (R\$ 416.501.877,16) subtraindo a depreciação acumulada (R\$ 70.683.222,87), resultou imobilizado líquido de R\$ 345.818.654,29 (trezentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e dezoito mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos).



Da análise do balancete de verificação a estruturação do imobilizado se apresenta conforme quadro abaixo (Quadro nº 3):

Descrição. (Quadro nº 3)	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
IMOBILIZADO	345.818.654,29	303.963.169,83
Bens Móveis	128.860.738,79	123.350.709,79
Bens Imóveis	287.641.138,37	242.709.162,75
(-) Depreciação Acumulada	-70.683.222,87	- 62.096.702,71

Quadro 3: Imobilizado. Fonte: SiafeTO

Os bens imóveis são compostos e identificados por edificações, terrenos/glebas, imóveis de uso especial e obras em andamento.

Nota Explicativa 5:
PASSIVO CIRCULANTE

Apresenta a seguinte divisão:

> **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Curto** – Compreendem as obrigações referentes encargos sociais do regime próprio de previdência no valor de R\$ R\$ 1.134.580,29, consignado sobre verbas salariais destinadas ao regime próprio de previdência estadual, tempestivamente a recolher no exercício seguinte.

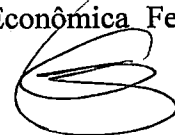
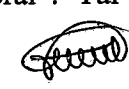
> **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** (R\$ 282.994,80) - São valores reconhecidos por competência da obrigação com fornecedores pessoas físicas e jurídicas de bens e serviço, bem como encargos previdenciários consignados sobre pagamento a terceiros.

> **Demais Obrigações a Curto Prazo** – São registrados os valores em depósitos judiciais, em contrapartida ao Crédito a Curto Prazo (nota 2), correspondentes ao fundo de reserva observado na Lei Complementar (LC) nº 151, de 2015, (R\$ 70.973.557,01); demais encargos fiscais e previdenciários (R\$ 626.142,21), totalizando o valor de R\$ 71.456.826,83((setenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos).

Nota Explicativa 6:
PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Neste exercício tivemos o valor de R\$ 2.496.166,83 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos) na conta correspondente de Demais Obrigações a Longo Prazo, proveniente do pagamento antecipado das obrigações prevista no Contrato nº 312/2021 pela “Caixa Econômica Federal”. Tal

  191



contrato em como objeto a centralização e processamento dos crédito, em conta dos servidores, da folha de salários gerada pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo 05 anos (de 2021 a 2026).

Nota Explicativa 7:
Patrimônio Líquido

O Balanço patrimonial apresentou, em Patrimônio Líquido, o Saldo Patrimonial acumulado até exercício de 2023 no importe de R\$ 368.385.222,91 e, de exercícios anteriores o valor de R\$ 324.082.740,05 obtendo variação patrimonial positiva no exercício findo no valor de R\$ 44.302.482,86.

Cabe ressaltar que em razão da configuração de Sistema SiafeTO, até o Exercício de 2023, as Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas no exercício corrente, eram registradas na consta de Ajustes de Exercícios Anteriores – DEA.

Havendo um equívoco nestes registros, percebido por essa Corte de Contas fomos recomendados a adequar os registros das despesas de exercícios anteriores, em contas de variação patrimonial.

Prontamente acolhida à recomendação do TCE, o Sistema “SiafeTO” foi parametrizado e, a partir de 01/01/2024, as Despesas de Exercícios Anteriores - DEA continuam sendo contabilizadas como DEA, porém, em conta de Variação Patrimonial Diminutiva- VPD.

Cabe informar, ainda que, apesar de a DEA ter sido contabilizada em contas de Ajustes de exercícios anteriores, não descaracteriza o resultado, pois ao fechamento do Balanço Patrimonial constata-se o Saldo Patrimonial, sendo este positivo ou negativo.

Ademais, o registro feito em contas de Ajustes de Exercícios Anteriores não causou prejuízos ao governo e nem a terceiros, haja vista que sobre o Saldo Patrimonial não há incidência tributárias, previdenciárias, nem distribuição de dividendos.

3.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – Anexo 15

As Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP evidenciam as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Acusando valor positivo ou negativo, a depender do resultado entre as Variações Aumentativas e Diminutivas.

O Exercício de 2023 apresentou resultado positivo de R\$ 59.134.786,58 (cinquenta e nove milhões, cento e trinta e quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado no Anexo 15.



Nota Explicativa 8:

Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 772.000.551,49) compreendem os detalhamentos no balancete, abaixo transcrito:

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas I	772.000.551,49	683.026.116,54
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	880.999,92	880.999,92
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.884.925,36	1.567.350,20
Transferências e Delegações Recebidas	769.026.992,04	677.381.692,99
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	207.634,17	3.196.073,43

Quadro 4: Variações Patrimoniais Aumentativas. Fonte: SiafeTO

Desta demonstração destacam-se:

>> Transferências e Delegações Recebidas R\$ 769.026.992,04, desdobram-se em:

- duodécimo constitucional, (R\$ 711.287.522,30), conforme balancete de verificação conta contábil nº 451120201;
- aquisição de bens de consumo/almojarifado (R\$ 5.160.315,38);
- construção e benfeitorias em bens imóveis (R\$ 43.415.019,11);
- Aquisição de bens móveis pelo Funjuirs (R\$ 9.164.135,25);

>> Da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos (R\$ 880.999,92), corresponde a apropriação de valor recebido por antecipação decorrente do contrato nº 312/2021 entre o Tribunal de Justiça e a Caixa Econômica Federal, como objeto a centralização e processamento pela CAIXA dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

>> Outras variações patrimoniais aumentativas (R\$ 207.634,17), decorrentes de recebimento diversos e, reembolso de servidor a disposição de outros poderes, restituição por encerramento de convênio, restituição por devolução parcial de diárias, etc.

Nota Explicativa 9:

Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, no valor de (R\$ 648.172.070,53), está detalhada da seguinte forma:

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Variações Patrimoniais Diminutivas II	648.172.070,53	623.891.329,96
Pessoal e Encargos	605.617.690,27	557.606.149,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	103.798,49	150.079,24
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	37.111.321,30	34.392.490,29
Transferências e Delegações Concedidas	1.919.209,60	28.456.539,99
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	190.842,11	224.021,47
Tributárias	89.315,20	51.672,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.139.893,56	3.010.376,52
Resultado Patrimonial do Período III = (I-II)	123.828.480,96	59.134.786,58

Quadro 5: Variações Patrimoniais Diminutivas – Fonte: SiafeTO

193



>> Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo R\$ 37.111.321,30, compreende:

- O uso de bens materiais de consumo (R\$ 5.365.202,64) e;
- Serviços tomados de pessoas físicas e jurídicas (R\$ 19.261.029,38);
- Depreciação (R\$ 12.485.089,28);

>> Transferências e Delegações Concedidas (R\$ 1.919.209,60), relativas à doação de bens móveis, equipamento de processamento de dados e mobiliários em geral, e as contribuições para Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Entidades Filantrópicas;

>> Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos (R\$ 190.842,11), referente as perdas involuntárias, corresponde a desincorporação de bens móveis irrecuperáveis;

>> Obrigações patronais sobre prestação de serviços tomados de pessoa física (R\$ 89.315,20);

>> Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 3.139.893,56), decorrentes da ajuda de custo de natureza indenizatória de transportes e indenização de moradia.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (VP) do TJTO, em 2023 apresentou o valor de R\$ 772.000.551,49, correspondente às Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e R\$ 648.172.070,53 adequado as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Do confronto entre esses dois valores, implicou um Resultado Patrimonial Superavitário do período na ordem de R\$ 123.828.480,96 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e vinte e oito mil quatrocentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), que corresponde ao valor apresentado no balanço patrimonial.

3.3 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – Anexo 18

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa destacam-se os ingressos das operações decorrentes de transferências intragovernamentais oriundas do Tesouro Estadual e destinadas ao Tribunal de Justiça para custear as despesas correntes operacionais, bem como o pagamento de restos a pagar e as consignações do exercício.

Nota Explicativa 10:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Ingressos	1.404.769.654,79	654.986.023,35
Desembolsos	1.343.204.132,26	661.694.971,52
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (I)	61.565.522,53	-6.708.948,17

Quadro 6 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais – Fonte: SiafeTO



Os ingressos operacionais no valor de R\$ 1.404.769.654,79, compreendem:

- Transferências correntes recebidas, Duodécimo e outras no valor de R\$ 1.402.677.095,26;
- Remuneração depósito judiciais, no valor de R\$ 1.884.925,36 e de outros ingressos operacionais oriundos de valores restituíveis;
- Outras Receitas Derivadas e Originárias (R\$ 207.634,17), restituições diversas;

Dos Desembolsos operacionais 1.343.204.132,26; compreende:

- Pessoal e encargos (R\$ 639.889.494,84); Outros desembolsos operacionais (R\$ 636.660.456,19); Transferências concedidas (R\$ 66.654.181,23), de bens móveis intragovernamental, e inter governamental, bem como a instituição privada sem fins lucrativos.

Do confronto dos ingressos (R\$ 1.404.769.654,79) e desembolsos (R\$ 1.343.204.132,26) operacionais, obteve-se o resultado financeiro positivo de R\$ 61.565.522,53 (sessenta e um milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos).

Nota Explicativa 11:

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	0,00	0,00
Desembolsos	2.625.222,22	13.351.034,19
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (II)	-2.625.222,22	-13.351.034,19

Quadro 7 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento – Fonte: SiafeTO

O Fluxo de caixa das atividades de Investimentos (R\$0,00) – Corresponde a captação de recursos por Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, não teve movimento no âmbito desta atividade.

Desembolsos de Investimento – Corresponde à despesa orçamentária paga com investimentos e inversões financeiras no exercício, incluindo restos a pagar.

Do embate de fluxo de caixa das atividades de investimento (R\$ 0,00) com desembolsos de investimento (R\$ 2.625.222,22), resultou saldo negativo, significando que os investimentos foram honrados com recursos das atividades operacionais, com destaque das transferências duodecimais do tesouro estadual, que é o principal ingresso de recursos da Unidade Gestora Tribunal de justiça, acima descrito.



Nota Explicativa 12:

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II)	58.940.300,31	-20.059.982,36
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	35.613.917,50	55.673.899,86
Caixa e Equivalente de Caixa Final	94.554.217,81	35.613.917,50

Quadro 8 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Fonte: SiafeTO

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa, concomitantemente, a soma dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, investimento e de financiamento (R\$ 58.940.300,31), acrescido de Caixa e equivalentes de caixa inicial (R\$ 35.613.917,50), gerando fluxo de caixa líquido do exercício no importe de R\$ 94.554.217,81 (noventa e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e dezessete reais e oitenta e um centavos), evidenciando equilíbrio entre as contas ingressos e desembolsos do exercício.

3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Anexo 12

Este demonstrativo apresenta o resultado da execução orçamentária e dos restos a pagar, sendo composto pelos quadros da Receita Orçamentária, Despesas Orçamentárias e Restos a Pagar Processados e não Processados.

Nota Explicativa 13:

Receitas e Despesas Orçamentárias

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	2.092.559,53	2.092.559,53
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	2.092.559,53	2.092.559,53
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	2.092.559,53	2.092.559,53
Déficit (VI)	0,00	0,00	706.738.869,99	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	708.831.429,52	2.092.559,53
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00

Quadro 9 Receitas Orçamentárias – Fonte: SiafeTO

3.4.1 Das receitas realizadas R\$ 2.092.559,53

Não houve previsão para receita orçamentária inicial, haja vista que a UG-Tribunal de Justiça recebe repasse por transferências financeiras do Tesouro Estadual denominada de Duodécimo, demonstrada no Balanço Financeiro anexo-13, mencionado no item 3.5 desta nota explicativa.

Porém, houve realização de receitas patrimoniais decorrentes de remuneração de depósitos bancários (R\$ 1.884.925,36), e outras receitas correntes devolução parcial de



diárias, restituições relativas a despesa com servidores a disposição de outros poderes (R\$ 207.634,17).

3.4.2 Das despesas realizadas

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas Correntes (VIII)	708.445.244,06	707.191.966,33	705.417.789,42
Despesa de Capital (IX)	386.185,46	245.587,26	227.447,26
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX)	708.831.429,52	707.437.553,59	705.645.236,68
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI)	708.831.429,52	707.437.553,59	705.645.236,68
Superávit (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII+ XIV)	708.831.429,52	707.437.553,59	705.645.236,68

Quadro 10 Despesas Orçamentárias - Fonte: SiafeTO

As despesas empenhadas compostas por despesas correntes e de capital (R\$ 708.831.429,52), foram liquidadas (R\$ 707.437.553,59), correspondendo a 99,80% do valor empenhado.

Do confronto das Receitas Realizadas (R\$ 2.092.559,53), com as Despesas empenhadas (R\$ 708.831.429,52), resultou déficit orçamentário no valor de R\$ 706.738.869,99 (setecentos e seis milhões, setecentos e trinta e oito mil oitocentos, sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

No entanto, esse resultado operacional deficitário (R\$ 708.831.429,52), não representou passivo descoberto de fato, visto que os recursos orçamentários (duodécimo) são ingressados como transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, conforme estabelecido no inciso V do § 5º do art. 43 da Constituição Estadual, designados de repasses duodecimais.

Sendo estas transferências registradas nas Variações Patrimoniais (Anexo XV) em Transferências e Delegações Recebidas, bem como no Balanço Financeiro (Anexo XIII) em Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (R\$ 711.287.522,30), tratadas no item 3.5 destas Notas Explicativas.

Por esse viés, nota-se também no Balanço Patrimonial (Anexo XIV) apresentado no item 3.1, as disponibilidades financeiras suficientes para honrar os valores inscritos em restos a pagar, nos termos do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante discriminado abaixo:

Na Conta Caixa e Equivalente de Caixa, verifica-se o valor de R\$ 23.580.660,80 (vinte e três milhões, quinhentos e oitenta mil seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos);

Considerando os valores da Conta Caixa e Equivalente de Caixa (R\$ 23.580.660,80), em comparação com o valor inscrito em Restos a Pagar (R\$ 3.485.384,38), implica superávit financeiro de R\$ 20.095.276,42 (vinte milhões, noventa e cinco mil duzentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

Dessa forma, evidencia-se que todos os compromissos assumidos para o exercício seguinte, representados pela inscrição em restos a pagar, foram realizados com estrita observância ao princípio da responsabilidade na gestão fiscal, tendo suporte financeiro para honrar todas as obrigações de despesas contraídas, conforme estabelece o art. 42 da Lei Complementar (LC) nº 101, de 2000.



Nota Explicativa 14:

3.4.3 - ANEXO 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Execução de Restos a Pagar não Processados	INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/Dez do Ex. Anterior				
Despesas Correntes	1.181.309,03	2.965.404,43	1.123.539,02	1.123.539,02	2.906.672,84	116.501,60
Despesas de Capital	767.132,02	3.082.022,38	2.506.302,96	2.397.774,96	1.268.689,50	182.689,94
TOTAL	1.948.441,05	6.047.426,81	3.629.841,98	3.521.313,98	4.175.362,34	299.191,54

Quadro 12 Restos a Pagar Não Processados – Fonte: SiafeTO

A execução dos Restos a pagar não processados resultou no pagamento de R\$ 3.521.313,98 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil trezentos e treze reais e noventa e oito centavos) e no cancelamento de R\$ 4.175.362,34 (quatro milhões, cento e setenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), restando saldo a liquidar de R\$ 299.191,54 (duzentos e noventa e nove mil cento e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos) conforme demonstrado no Anexo do Balanço Orçamentário.

Nota Explicativa 15:

3.4.4 - Restos a Pagar Processados

Execução de Restos a Pagar Processados	INSCRITOS		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em 31/Dez do Ex. Anterior			
Despesas Correntes	0,00	2.347,63	2.347,63	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	2.347,63	0,00	0,00

Quadro 13 Restos a Pagar Processados – Fonte: SiafeTO

Na Execução dos Restos a Pagar Processados, foram pagos na totalidade do valor inscritos de R\$ 2.347,63, (dois mil trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado no anexo do Balanço Orçamentário.

3.5 BALANÇO FINANCEIRO – Anexo 13

Segundo a Lei 4.320, de 1964 o Balanço Financeiro demonstra a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécies provenientes de exercício anterior e os que transferem para o exercício seguinte.



Nota Explicativa 16:
Receitas Orçamentárias e Despesas Orçamentárias

INGRESSOS	Jan a Dez 2023	Jan a dez 2022
Receita Orçamentária (I)	2.092.559,53	4.763.423,63
Transferências Financeiras Recebidas (II) (Duodécimo)	711.287.522,30	643.773.056,00
Recebimentos Extras Orçamentários (III)	694.575.765,80	12.499.318,16
Saldo do Exercício Anterior (IV)	35.613.917,50	55.673.899,86
TOTAL DOS INGRESSOS (V) = (I+II+III+IV)	1.443.569.765,13	716.709.697,65
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (IV)	708.831.429,52	642.350.387,13
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	26.929.788,36
Pagamentos Extraordinários (VIII)	640.184.117,80	11.815.604,66
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	94.554.217,81	35.613.917,50
TOTAL (X) = (IV+VII+VIII+IX)	1.443.569.765,13	716.709.697,65

Quadro 14 Balanço Financeiro – Fonte: SiafeTO

Ingressos representam os repasses recebidos do Tesouro Estadual, Transferências Financeiras Recebidas (duodécimo) – (II), somados com Receitas Patrimoniais, acrescidos das Transferências Internas (recebimentos extraordinários) entre contas-correntes, rendimento aplicação financeira e, recebimentos extraordinários decorrentes de inscrição de Restos a Pagar e valores em trânsito, bem como acrescido do saldo de exercício anterior.

Os dispêndios compreendem as Despesas Orçamentárias, somadas com as Transferências Concedidas Internas, acrescidas dos pagamentos extraordinários decorrentes de Restos a Pagar e valores em trânsito, ampliado pelo saldo para o exercício seguinte, equilibrando-se, dessa forma, a equação financeira em R\$ 1.443.569.765,13 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e treze centavos).

Cabe observar que neste Balanço Financeiro são computados os valores das Transferências Financeiras Recebidas (ingressos), relativas ao duodécimo que não constou como receita orçamentária no Balanço Orçamentário, demonstrando a real situação financeira com relação aos desembolsos, restando saldo disponível para o Exercício seguinte a importância de R\$ 94.554.217,81 (noventa e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e dezessete reais e oitenta e um centavos), evidenciado também nas Demonstrações do Fluxo de Caixa.

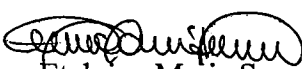
Por fim, informamos-lhes que os documentos comprobatórios dos registros contábeis das receitas e de aplicação dos recursos encontram-se arquivados e acessíveis neste Sodalício para eventual esclarecimento.



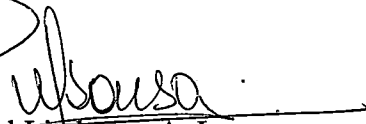
CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As demonstrações contábeis aqui apresentadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação para o setor público – Lei 4.320/64, complementadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 11) e demais práticas adotadas no Brasil.

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Diretoria Financeira, aos ____ dias do mês de fevereiro do ano de 2024.


Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe
Presidente


Gizelson Monteiro de Moura
Diretor Financeiro


Manoel Lindomar A. Lucena
Contador-CRC/DF 9642/T-TO